

## **A Escola de Segunda Oportunidade – Educar e Formar para Inserir – Lisboa: uma análise sobre a Intervenção Socioeducativa**

### **The Second Chance School – Educating and Training to Insert – Lisbon: an analysis of Socio-educational Intervention**

**Inês Pereira<sup>1</sup>**  
**Hélia Bracons<sup>2</sup>**  
**Ana Isabel Carichas<sup>3</sup>**

---

#### **Resumo**

Atualmente, existem em Portugal sete Escolas de Segunda Oportunidade (E2O), surgindo a primeira em Lisboa em 2021, onde recai um estudo inicial sobre o perfil dos jovens e um estudo posterior sobre o impacto que esta valência teve nos mesmos, tendo como intuito a análise da caracterização dos jovens da Escola de Segunda Oportunidade – Educar e Formar para Inserir – Lisboa. A metodologia utilizada foi a qualitativa, com recurso à técnica de análise de processos e de entrevistas estruturadas. Evidenciou-se que, no arranque do ano letivo, dos 25 jovens, todos eles se encontravam desmotivados com a escola, sendo que 14 já se encontravam em situação absentista e 6 em abandono escolar. No final do ano letivo, a maioria dos jovens relatou que esta resposta socioeducativa, será uma mais-valia para o futuro e que pretendem continuar a estudar. É de salientar o grande contributo dos técnicos de intervenção social que acompanham sistematicamente os jovens e que através da resiliência adotam sempre estratégias diferentes, de forma a cativar os jovens no seu percurso educativo.

**Palavras-chave:** Escola de Segunda Oportunidade; Serviço Social; Educação; Absentismo Escolar; Abandono Escolar.

#### **Abstract**

Currently, there are seven Second Chance Schools (E2O – Escolas de Segunda Oportunidade) in Portugal, with the first one appearing in Lisbon in 2021, where an initial study on the profile of young people and a subsequent study on the impact that this service had on them were conducted, with the purpose of analyzing the characterization of young people from the Second Chance School – Educar e Formar para Inserir – Lisbon. The use of a qualitative methodology, process analysis technique and structured interviews concluded that at the beginning of the school year, all of the 25 teenagers were unmotivated with school, 14 were already absent and 6 were dropping out at the end of the school year, most of the teens reported that this socio-educational response will be an asset for the future and that they intend to continue studying. It is worth highlighting the great contribution of the social intervention technicians who systematically monitored them and, through resilience, always adopted different strategies in order to attract these teenagers to the educational path.

**Keywords:** Second Chance School; Social Work; Education; School failure; School absenteeism.

---

#### **Introdução<sup>4</sup>**

Portugal assiste já há algum tempo a problemas comportamentais por parte dos jovens no sistema educativo, o que coloca em causa o percurso escolar de cada um e consequentemente o

---

<sup>1</sup> Licenciada em Serviço Social pela ULHT

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social pela UCP. Professora Associada do Instituto de Serviço Social da ULHT

<sup>3</sup> Instituto de Apoio à Criança. CEF – Centro de Educação e Formação: Coordenadora de Equipa

<sup>4</sup> Este artigo é referente ao relatório monográfico da Licenciatura em Serviço Social, apresentado em julho de 2022 no Instituto de Serviço Social da ULHT, contudo, sofreu alterações para este efeito.

seu futuro de vida. Neste sentido, foi reconhecido em meados dos anos 90 a necessidade da intervenção social nas escolas, de forma a combater este problema.

Por outro lado, começaram a surgir várias políticas sociais e de educação para construir respostas socioeducativas adaptadas, sendo uma delas as E2O. As E2O foram criadas ao abrigo do Despacho n.º 6954/2019, consagrando “o direito à educação pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para o desenvolvimento global da personalidade (...). O sistema educativo deve (...) assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria” (Despacho n.º 6954/2019).

Assim, o serviço social passou a assumir um papel importante na área da educação, realizando a sua atuação em estreita articulação com a comunidade escolar, recorrendo a técnicas e instrumentos essenciais para um acompanhamento aos jovens nestas medidas. O presente artigo irá abordar a realidade da educação no ensino básico em Portugal e a importância da intervenção socioeducativa, contando também com uma investigação relativamente à caracterização dos jovens da única E2O em Lisboa, no seu primeiro ano de existência.

Foi utilizada a metodologia qualitativa, recorrendo à técnica de análise de processos e de entrevistas estruturadas, aplicadas aos jovens da E2O.

O estudo teve como principal objetivo caracterizar os alunos do concelho de Lisboa que frequentaram a resposta, percebendo conseqüentemente que impacto os mesmos sentiram. Foi assim fundamental dar a conhecer as características deste tipo de população, com particularidades muito específicas, e o resultado que a intervenção teve a curto prazo.

## **1. A realidade da Educação no Ensino Básico em Portugal**

Foram grandes e marcantes as mudanças no sistema educativo português ao longo do tempo, contudo, o Direito à educação só foi assumido em 1976, aquando da primeira Constituição da República, passando assim a educação a ser uma prioridade em Portugal.

A educação hoje é uma das áreas fulcrais para o desenvolvimento do ser humano, contudo em Portugal nem sempre assim foi, uma vez que o Estado Novo não dava uma especial atenção à educação, tendo a escola como objetivo diminuir o nível de analfabetismo. Tal como afirma Carmo (2001), as crianças e jovens eram ensinadas pelas gerações mais velhas, e portanto, os conhecimentos adquiridos durante a infância eram suficientes e mantinham-se relevantes para as seguintes fases da vida (Carmo, 2001; cit. *in* Barreiros & Serra, 2018).

De modo a contextualizar, as primeiras escolas públicas surgiram em 1910, havendo o regime salazarista que proporcionava um nível mínimo de cultura, existindo assim só Direito

ao 1º ciclo do ensino básico. Na década de 70 é que a educação foi assegurada como um Direito a todos os níveis de ensino, nomeadamente, o pré-escolar, o básico com o 1º, 2º e 3º ciclos, o secundário e o universitário, proporcionando assim a igualdade de oportunidades na formação escolar a todos os níveis (Campos, 2011; cit. *in* Carvalho, 2018).

Atualmente, segundo o artigo n.º 74 da Constituição da República Portuguesa, todos têm direito à educação de forma gratuita e a todos os graus de ensino obrigatórios. Sendo que, de acordo com a Lei n.º 85/2009, consideram-se em escolaridade obrigatória “as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos” (Lei 85/2009, Artigo 2º: 1). Pode-se afirmar que todos os seres humanos aprendem e reaprendem ao longo da vida, devido aos contextos de mudança, logo, por um lado, enquanto são adquiridas e desenvolvidas competências de âmbito cognitivo, por outro, também são de âmbito social, ético e cívico (Barreiros & Serra, 2018). Assim, na Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, estão enumerados 54 artigos relativos a direitos, sendo que no Artigo 29.º, está escrito o seguinte: “A educação deve destinar-se a promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicas, na medida das suas potencialidades. E deve preparar a criança para uma vida adulta ativa numa sociedade livre.”

Assim, a educação desenvolve o ser humano tanto mentalmente, como socialmente e psicologicamente, de modo que seja criada uma base de conhecimento a fim da futura profissionalização, no fundo uma vida em sociedade. Contudo, desde 2009, a educação em Portugal passou a ser, para além de desejável, uma obrigação, para que o Estado Português consiga maiores níveis de sucesso relativamente à escolarização. Por outro lado, a obrigatoriedade do ensino obriga o Estado a ter um leque mais diversificado de cursos e de apoios sociais, para que de facto as famílias tenham recursos que permitam os filhos frequentarem a escola, no fundo, garantir a igualdade de oportunidades e combater a exclusão social.

Neste sentido, percebe-se que o Estado em Portugal, ao longo dos anos foi ficando cada vez mais preocupado com a educação da população, porque efetivamente começou-se a ter consciência que a escolarização dava frutos para o crescimento e desenvolvimento do país a todos os níveis, portanto, nos dias de hoje, somos um país que aposta e promove bastante a educação e tudo indica que continuaremos a fazê-lo.

A educação acaba por passar pelo caminho que leva ao crescimento e à autonomia de vida numa sociedade, e cada um é diferente, tem um processo individual único, e são essas particularidades que devem ser sempre tidas em conta quando se trabalha na área da educação,

nunca menosprezar os que têm um processo mais lento, mais rápido, mais sucedido ou menos sucedido, tem sim de haver um acompanhamento e um olhar diferente para cada uma das crianças ou jovens.

Na sociedade muitos associam o sucesso escolar às qualificações e os que não têm os resultados pretendidos acabam por ser excluídos. Ora, se assim é, o aluno devia ser avaliado como um todo, ou seja, as suas características pessoais e familiares, e os fatores sociais associados e que condicionam o aluno (Lima, 2008; cit. *in* Brito, 2012). Compete assim à escola ter “a missão de saber dar a todos a possibilidade para se desenvolverem de forma equitativa e justa”, de acordo com a revista (Brito, 2012, p. 24).

Contudo, a escola não consegue ir ao encontro de todos os alunos, isto é, ao perfil individualizado de cada um, portanto o insucesso é uma realidade (Benavente, 1990; cit. *in* Brito, 2012). Sendo o insucesso um problema social, muitas foram as teorias para explicar este problema, como as características cognitivas ou de personalidade dos alunos, aliadas às relações sociais que podem ter. Mais tarde, as causas já eram apontadas para a escola, porque causavam desigualdade entre as classes sociais e culturais (Correia, 2011; cit. *in* Monteiro, 2014). Tal como afirma Brito (2012) “cabe à escola criar e implementar as melhores condições para potenciar nos alunos a necessária motivação e vontade para aprender mais” (Brito, 2012, p. 25). O sistema educativo tem assim o desafio de criar metodologias e aprendizagens inovadoras, de forma a também cativar os alunos e diminuir o insucesso.

Segundo Matias (2013), “em Portugal, entende-se o insucesso escolar como a incapacidade que o aluno revela em atingir os objetivos globais definidos para cada ciclo de estudos” (Matias, 2013; cit. *in* Martins, 2017, p. 6). Ainda assim, muitos autores consideram que pode existir insucesso porque o aluno reprova, mas também quando, mesmo passando de ano, não consegue demonstrar os conhecimentos que foram adquiridos, o que revela que não houve aprendizagem, ou esta foi feita incorretamente (Martins, 2017).

Branco (2012), sublinha que o insucesso é a consequência de uma série de fatores, ou seja, não existe uma só entidade responsável pelo problema, uma vez que todos esses fatores estão interligados na vida do aluno, fatores esses como, “condições sociais, económicas e culturais, a família, o sistema educativo e a própria escola” (Branco, 2012; cit. *in* Martins, 2017, p. 7). Roazzi & Almeida (1988), acrescentam que além dos fatores externos ao próprio eu do aluno, também os fatores internos, ou seja, características individuais relacionadas com a própria personalidade, influenciam e são o reflexo do insucesso escolar (Roazzi & Almeida, 1988; cit. *in* Martins, 2017).

Neste sentido, são várias as perspetivas relativamente ao insucesso escolar e todas se complementam, porque no fundo as crianças e jovens são seres dinâmicos e todos os aspetos da vida deles se relacionam, e portanto devem ser olhados num todo, identificando todas as questões protetoras e de risco, ou seja, conhecer todos os fatores individuais da criança/jovem, os fatores relacionados com a família e os fatores relacionados com a escola, e que no fundo estão a provocar, ou poderão vir a provocar, o insucesso ao nível do ensino, nunca esquecendo a unicidade de cada um. No entanto, o insucesso escolar, não sendo colmatado muitas das vezes leva, principalmente os jovens, a faltarem à escola, a perderem cada vez mais o interesse, o que provoca o absentismo escolar.

O absentismo é um problema que continua a existir nas escolas em Portugal, portanto é urgente combatê-lo para que os jovens tenham um futuro bem-sucedido a todos os níveis. Torna-se assim fundamental apresentar o quadro conceptual desta problemática. Tavares (2006), refere que o absentismo corresponde à “soma dos períodos em que os alunos de uma determinada escola se encontram ausentes, não sendo a ausência motivada por doença” (Tavares, 2006; cit. *in* Monteiro, 2014, p. 30).

O absentismo pode ser considerado por alguns autores como o reflexo do insucesso escolar dos alunos, mas também considerado uma problemática de cunho social, precisamente porque as oportunidades de arranjar emprego acabam por ser menores, o que conseqüentemente afeta o sucesso a nível pessoal, logo, a delinquência e a marginalização também poderão aumentar (González, 2005). Portanto, pode-se dizer que este problema provoca, por um lado, maiores dificuldades em entrar no mercado laboral, e por outro, traz conseqüências a nível psicológico (Cardoso, 2014).

É assim importante definir as causas do absentismo para melhor perceber este problema, mas também para conseguir intervir da melhor forma. É unânime que o absentismo está ligado ao insucesso, precisamente porque se há um grande registo de faltas, é lógico que não exista aproveitamento escolar. Neste sentido, as causas que levam ao insucesso também se aplicam ao absentismo escolar, como é a falta de motivação pela escola, o pouco ou nenhum apoio familiar e/ou escolar, o mau comportamento, os grupos de pares, a falta de recursos económicos, os problemas emocionais, entre outras causas (Vasconcelos, 2013).

Consegue-se assim perceber que, para se estudar a problemática do absentismo, é crucial analisar todos os fatores que envolvam o jovem, ou seja, o meio familiar, escolar e social em que o mesmo está inserido. Considera-se que, a adaptação e vontade que o aluno tem de ir à escola, estão diretamente ligadas com as relações que o mesmo estabelece, com a capacidade

de aceitação das regras e com os programas educativos das escolas. Assim, o aluno não é considerado o único responsável pela situação absentista, há uma série de outros motivos que rodeiam a dinâmica de vida do mesmo, portanto, a escola e a família também são responsáveis, sendo deste modo fundamental que exista um apoio e um diálogo para corresponder às carências que poderá estar a sentir (Morgades, 2005; cit. *in* Cardoso, 2014).

Fernandéz (2005), considera que a grande maioria dos alunos absentistas são de famílias desfavorecidas tanto a nível económico como social, e por norma, os Encarregados de Educação não têm conhecimento de que os filhos faltam às aulas porque não supervisionam o cumprimento dos compromissos e atividades escolares. O absentismo pode identificar-se, segundo o autor, em três tipos: absentismo elevado, onde as faltas são superiores a 50%, o absentismo médio, em que a assiduidade ronda entre os 25 e os 50%, e o absentismo baixo, quando as faltas são inferiores a 25%.

Encarnación (2009), refere que o absentismo pode ser, justificado, quando há justificação de faltas, injustificado, quando não há nenhuma justificação de faltas, pontual/esporádico, quando o aluno falta durante um longo período de tempo, mas volta e não repete, e descontínuo, quando o aluno interrompe o processo de aprendizagem diversas vezes, ou seja falta durante um longo período de tempo, volta às aulas, mas repete de novo o período de faltas. Mas González (2005), acrescenta que ainda existe o chamado, absentismo virtual, que é quando o aluno vai às aulas somente para marcar a presença.

Posto isto, pode-se afirmar que o absentismo pode conduzir à delinquência e por conseguinte ao abandono escolar. A delinquência pode ser combatida através de “estratégias baseadas no desenvolvimento de competências, de intervenções ao nível da família e de intervenções em contextos escolares” (Negreiros, 2001, p. 129). Contudo, se não for combatida a delinquência nos jovens, estes podem vir a abandonar a escola, o que constitui outro problema no âmbito escolar.

De acordo com Benavente (1994), o “abandono ou desistência significa que um aluno deixa a escola sem concluir o grau de ensino frequentado por outras razões que não sejam a transferência ou a morte” (Benavente et al., 1994; cit. *in* Vasconcelos, 2013, p. 4). A autora Vasconcelos (2013), acrescenta ainda que, o abandono é, “a saída do processo de tensões a que o aluno é sujeito, entre a escola e o seu meio social, económico, geográfico, cultural e institucional” (Vasconcelos, 2013, p. 8).

Idêntico ao pensamento anterior, está o que, segundo Gomes (2018), é defendido por vários outros autores, que o abandono escolar é explicado por fatores como: a violência; a

convivência com grupos indesejados; a suspensão ou expulsão; problemas familiares/pessoais; dificuldades financeiras; o consumo/tráfico de drogas; problemas de saúde mental; o desinteresse pela matéria demasiado teórica; as questões culturais e o aumento da exigência do ensino. Por outro lado, o abandono também pode ser a rejeição dos alunos pela escola, alunos que na maioria das vezes foram excluídos pela própria escola (Carneiro, 1997; cit. *in* Vasconcelos, 2013).

Azevedo (1999), é da opinião de que, um jovem que abandona a escola “tem um fraco rendimento escolar, sente a ausência de empatia, tem professores pouco motivados, não se sente bem na pele de aluno, não tem confiança em si, veicula consigo perspectivas de fracasso e não se concentra no trabalho” (Azevedo, 1999; cit. *in* Vasconcelos, 2013, p. 10).

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (2021), o 5º ano do ensino básico apresentou uma taxa de desistência, de 2,5% em 2019/2020, enquanto o 6º ano do ensino básico apresentou uma taxa de desistência, de 2,3% nesse mesmo ano. Já o 7º ano do ensino básico teve uma percentagem de 4,2%, e o 9º ano do ensino básico apresentou uma taxa de 2,2%, ambos em 2019/2020.

Podemos constatar que, o abandono escolar é um problema multidimensional, ou seja, são vários os fatores que se interligam e que contribuem para a concretização do abandono relativamente à escola, falo de fatores relacionados com o aluno, a família, a escola e o meio envolvente. Fatores esses que propiciam consequências negativas a curto e longo prazo, por um lado para a vida dos jovens, e por outro para a sociedade em geral, comprometendo também o desenvolvimento e futuro do país. Também se evidencia que tanto a problemática do abandono, como a do absentismo e do insucesso escolar, se interrelacionam entre si, pois uma pode eventualmente levar a outra, contudo, pode-se dizer que o abandono escolar é o último patamar, quer com isto dizer que, antes do abandono houve absentismo e inevitavelmente insucesso, portanto é fundamental que exista uma análise dos casos em que estes problemas são ou possam vir a ser uma realidade, para que se consiga efetivamente prevenir o abandono e combater o insucesso e absentismo escolar.

## **2. A importância da Intervenção Socioeducativa**

Em Portugal é uma realidade a existência de problemáticas educativas que condicionam a vida social e vice-versa, e para combatê-las o Estado financia um conjunto de respostas socioeducativas realizando acordos de cooperação com organizações sociais. Contudo, a intervenção social nem sempre foi uma realidade no sistema educativo, mas a partir da criação

do Decreto-Lei n.º 190/91, que se refere aos Serviços de Psicologia e Orientação, de forma que exista um acompanhamento ao aluno durante o seu percurso educativo, é que surgiram os primeiros Assistentes Sociais nas escolas. Assim, os Serviços de Psicologia e Orientação eram constituídos por equipas, com Psicólogos, Assistentes Sociais e técnicos com uma especialização adequada. Consegue-se deste modo perceber que, os Assistentes Sociais no âmbito da educação, não trabalham sozinhos, trabalham juntamente com uma equipa multidisciplinar que exercem determinadas funções, contudo, funções essas que podem ser específicas do Assistente Social ou idênticas aos dos outros profissionais da equipa (Ander-Egg, 1995; cit. *in* Santos, 2015).

O Assistente Social intervém em meio escolar, quando há de facto uma situação de crise, normalmente relacionada com o insucesso, a indisciplina, o absentismo e o abandono escolar. Neste caso, o profissional deve fazer uma intervenção junto dos alunos e da sua família, articulando sempre com os professores relativamente às situações que efetivamente estão a condicionar o percurso escolar (Amaro & Pena, 2018). Portanto, pode-se dizer que o Assistente Social intervém para que os obstáculos sejam ultrapassados, através de serviços, intervenções e políticas que permitam uma caminhada escolar saudável, pois nem todos os alunos estão preparados para aprender no mesmo ritmo, uma vez que podem surgir bloqueios internos e externos ao longo da vida, e a idade escolar não é exceção, prejudicando assim o processo de aprendizagem (Amaro & Pena, 2018).

Pode-se afirmar que, em contexto escolar o Assistente Social tem como propósito trabalhar as problemáticas relacionadas com o percurso que a criança/jovem tem na escola, mas tal só foi possível devido às evoluções que se sucederam na educação. Hoje, a escola procura promover uma aprendizagem significativa e isso implica prevenir e colmatar os problemas que vão surgindo nos alunos, logo, há um grande desafio na prática dos Assistentes Sociais e dos outros profissionais que trabalham em conjunto, precisamente porque é urgente criar estratégias inovadoras para que as crianças/jovens fiquem motivados e apoiados no sistema educativo, mas também para semear o futuro da sociedade.

Assim, uma das respostas socioeducativas mais recentes foi a E2O, que funciona com turmas de Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), constituídas por jovens dos 15 aos 18 anos, e que têm uma matriz curricular adaptada e com menos carga horária, portanto, esta resposta é destinada a jovens que esgotaram toda as medidas de integração escolar, e que têm como objetivo cumprir a escolaridade obrigatória, conferindo a habilitação escolar de 2º ou 3º ciclo do ensino básico. As E2O foram criadas oficialmente em 2019, através do Despacho



n.º 6954/2019, que apresenta linhas orientadoras da intervenção junto de jovens que estão em risco de exclusão social. Intervenção essa que, conta com uma formação específica adequada aos interesses dos jovens, e com um acompanhamento próximo, de modo a contribuir para a sua futura autonomização e integração socioprofissional. Contudo, antes do Despacho ser criado, como projeto piloto surgiu a E2O Matosinhos, sendo que atualmente existem em todo o país sete escolas desta natureza. Por fim, é de salientar ainda que, a nível europeu existe uma Rede Europeia de Escolas de Segunda Oportunidade, a chamada Europe Second Chance, que foi criada em 1999, e que efetivamente possibilitou a partilha de ideias e boas práticas entre as várias escolas. Mas se de facto, Portugal apresenta também estas problemáticas do absentismo e abandono escolar, era fundamental que surgisse uma Rede Nacional de Escolas de Segunda Oportunidade, e assim foi, criada em 2018, que possibilita a união entre várias Instituições de E2O, que no fundo lutam em simultâneo para a redução destas problemáticas, remando para a inclusão social dos jovens no nosso país.

A última E2O que surgiu foi, a E2O – Educar e Formar para Inserir – Lisboa, a única na cidade de Lisboa, fruto de um protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML), a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), a Escola Secundária Eça da Queirós e o Instituto de Apoio à Criança (IAC), sendo que conta com a inspiração metodológica da “Ação Educar e Formar para Inserir”, que surgiu em 2005, sendo uma resposta para a (re)inserção social dos jovens que abandonaram a escola e iniciaram uma vida de ociosidade.

A E2O de Lisboa é caracterizada pelo desenvolvimento de três componentes: a componente pessoal, que envolve um acompanhamento psicossocial e a implementação de um Programa de Treino de Competências (PTC), com o intuito de incentivar a participação dos jovens e consequentemente dar-lhes voz; a componente escolar, que é assegurada por professores da Escola Secundária Eça de Queirós, que lecionam tanto na escola como no espaço do IAC, e a componente de natureza profissional, que envolve inicialmente a implementação do PTC e tem como finalidade, a obtenção de competências essenciais para a inserção no mercado laboral, proporcionando posteriormente aos jovens uma experiência num contexto real de trabalho em entidades, com as quais é celebrado um protocolo. Assim, o PTC, assegurado pelo IAC, trabalha e desenvolve competências pessoais, emocionais, sociais e profissionais, que permitam aos jovens efetivar mudanças de comportamento e de atitudes em si próprios, e consequentemente na interação com os que os rodeiam.

A equipa do IAC, que é responsável pela intervenção social da resposta, é composta por técnicos de diversas áreas do âmbito social, como Assistentes Sociais, Animadores Socioculturais, Educadora Social e Polítca Social, e de facto, cada técnico com as suas particularidades pessoais, formações e experiências se complementam. Referindo que, a intervenção que é desenvolvida no terreno por cada técnico cruza-se muito, apesar das áreas de formação, precisamente porque a intervenção social tem de ser feita em complementaridade mas também em sintonia entre os vários elementos da equipa, portanto, é inevitável que as funções não se assemelhem, contudo, é de sublinhar que, os técnicos têm uma base de experiências e conhecimentos das diferentes áreas de formação, contribuindo assim para a partilha de perspetivas e visões distintas na tomada de decisões e definição de estratégias de intervenção, sendo fundamentais para um trabalho em equipa e em articulação com o setor escolar, que é crucial ser em sintonia, para que a resposta socioeducativa tenha impacto positivo nos jovens.

### **3. Metodologia**

Sendo o primeiro ano da E2O – Educar e Formar para Inserir – Lisboa, foi relevante conhecer as características do público-alvo e conseqüentemente o impacto da resposta. Para a elaboração do estudo foi utilizada a metodologia qualitativa, recorrendo à técnica de análise de processos e de entrevistas estruturadas, aplicadas aos jovens da E2O. O estudo teve como principal objetivo caracterizar os alunos do concelho de Lisboa que frequentaram a resposta, percebendo conseqüentemente que impacto os mesmos sentiram. Foi assim fundamental dar a conhecer as características deste tipo de população, com particularidades muito específicas, e o resultado que a intervenção teve a curto prazo. O universo são os jovens estudantes da E2O de Lisboa, da turma de 2º ciclo (PIEF 1) e da de 3º ciclo (PIEF 2), sendo assim um total de 25 jovens.

### **4. Resultados**

O estudo inicial, recaiu na análise de processos. No PIEF 1, algumas das características analisadas, foram que num total de 12 jovens, seis tinham 15 anos, cinco tinham 16 anos e um tinha 17 anos, e dos quais cinco tinham concluído o 4º ano de escolaridade e sete o 5º ano de escolaridade. Já as problemáticas mais comuns eram nomeadamente, o absentismo escolar, a desmotivação escolar e o abandono escolar. Relativamente às projeções que fazem para o futuro, consideram que para ter sucesso é preciso empenho, estudos, força de vontade,

portarem-se bem e ter controlo emocional. No que toca aos sonhos, a grande maioria respondeu que tinha, como levar os pais a viajar, ser profissional de um desporto, ter um carro, ser independente, ser piloto de avião, entre outros, sendo que somente dois é que responderam que não tinham/não sabiam.

Ora, estes jovens, tiveram um histórico de vida complexo que levou a que desencadeassem algumas problemáticas sociais. Com a análise do PIEF 1, chegou-se à conclusão que os jovens ficaram caracterizados por ter diversas reprovações, contudo, todos eles consideram que precisam de esforço e empenho para conseguirem ultrapassar as barreiras, e por isso mesmo a grande maioria tem sonhos de vida.

Já no PIEF 2, num total de 13 jovens, dois tinham 15 anos, seis tinham 16 anos e cinco tinham 17 anos, sendo que destes, nove tinham concluído o 6º ano de escolaridade e quatro tinham o 7º ano de escolaridade concluído, sendo que nenhum havia concluído o 8º ano. As problemáticas que se registaram foram as mesmas que no PIEF 1, absentismo escolar, desmotivação escolar e abandono escolar. Sobre o futuro, para ter sucesso afirmaram que eram necessários estudos, esforço, vontade e alguns não sabiam. Relativamente aos sonhos, alguns responderam que, era acabar a escola, ser independente, dar-se bem na vida, jogar futebol, e outros não sabiam.

Com esta segunda análise, a estagiária conseguiu constatar que, os jovens do PIEF 2 não tinham tantas projeções para o futuro e que a grande maioria não conseguiu concluir o primeiro ano do 3º ciclo, em comparação com os do PIEF 1, do 2º ciclo.

Chega-se assim à conclusão de que, mesmo os jovens sendo diferentes, há questões que se cruzam, como é o caso das problemáticas, das dificuldades de transição de ano devido à exigência de um ciclo de estudos para o outro, e da fase de adolescência, que todos estão a passar, e, portanto, as vontades do aqui e agora podem não ser as mesmas e mudarem radicalmente nos dias seguintes.

Relativamente à última fase do estudo, que consistiu na aplicação de entrevistas estruturadas aos jovens, de forma a, de acordo com a análise inicial de processos e das particularidades de cada um, perceber como é que eles ao fim de um ano letivo se sentiram, que mudanças viram neles.

Foram aplicadas nove entrevistas, contudo, só foram analisadas quatro, uma vez que os jovens menores de idade não procederam à entrega das Declarações de Consentimento dos Encarregados de Educação, havendo apenas um jovem que fez 18 anos e deu o seu consentimento. Ainda assim, é importante referir que, apesar de as turmas terem um maior

número de jovens, não foi possível serem realizadas entrevistas a todos, porque estamos perante as problemáticas do absentismo escolar e do abandono escolar, e que embora estejam inseridos numa resposta que visa o combate a estas problemáticas, continua a ser bastante difícil eliminá-las por completo em todos os casos.

Uma das questões feitas foi relativamente ao início do percurso na E2O, se mudariam alguma coisa, sendo que dos quatro jovens, três assumiram que faltariam menos e apenas um não mudaria nada. Relativamente às perguntas, do que estavam a gostar mais e do que estavam a gostar menos, todos disseram que gostavam de tudo, realçando o convívio com os técnicos, contudo na seguinte questão, um dos jovens acabou por relatar que não gostava de alguns professores, e outro jovem de que não se identificava com os colegas. À pergunta, sobre a contribuição da resposta a nível pessoal e social, três dos jovens afirmaram que começaram a pensar mais neles, enquanto, apenas um, considerou que continuava o mesmo. Por outro lado, todos os jovens consideraram que esta resposta vai ser uma mais-valia para o futuro e que querem continuar os estudos. Por fim, relativamente a novas propostas para a resposta, todos acharam que o funcionamento da E2O é bom e que é uma escola melhor que as outras onde já estiveram.

Com a análise das entrevistas, chega-se à conclusão de que, de facto a maioria dos jovens tem consciência de que faltam às aulas e sessões, e isso prejudica o processo de aprendizagem, contudo há sempre motivos mais fortes que os levam a não serem tão assíduos. Outra das evidências foi que todos eles criaram relação com os técnicos, portanto a intervenção social teve efetivamente impacto positivo.

### **Considerações Finais**

De facto, conseguiu-se evidenciar que, a intervenção social tem um papel bastante importante no percurso educativo dos jovens, precisamente porque a comunidade educativa não tem a disponibilidade nem a formação especializada para fazer um acompanhamento individualizado a cada um dos jovens. E efetivamente os jovens, destacam o papel dos técnicos e a sua complementaridade relativamente ao sistema educativo regular, no fundo, é o que, para além do programa formativo, consideram de diferente e transformador em comparação aos anteriores percursos escolares que tiveram.

Assim, de acordo com a personalidade e especificidade de cada jovem, a intervenção social numa resposta socioeducativa, deve-se ir aperfeiçoando e deve ser, em algumas circunstâncias, diferenciada devido à particularidade de alguns casos, logo deve-se sempre

realizar uma análise de todos os processos e simultaneamente ir atualizando a informação, de acordo com a relação que se vai estabelecendo com cada jovem. Nunca esquecendo de fazer uma avaliação da intervenção e perceber quais os impactos da mesma, de forma que no futuro a metodologia possa ser melhorada, sempre com vista ao bem-estar dos jovens e ao aproveitamento escolar.

### Referências bibliográficas

- Amaro, M., & Pena, M. (2018). Intervenção do Serviço Social em Meio Escolar: Da Tradição à Inovação. In M. I. Carvalho (Coord.), *Serviço Social em Educação* (pp. 25-39). Pactor.
- Barreiros, N., & Serra, F. (2018). O Olhar do Assistente Social Reflexivo em Contexto Escolar. In M. I. Carvalho (Coord.), *Serviço Social em Educação* (pp. 41-62). Pactor.
- Brito, I. (2012). *Mudar Trajetórias de Vida: Escola de Segunda Oportunidade*. Mestrado em Ciências da Educação, apresentado à Universidade Católica Portuguesa.
- Cardoso, S. (2014). *Absentismo Escolar: uma consequência individual ou do sistema familiar?*. Licenciatura em Criminologia, apresentada à Universidade Fernando Pessoa.
- Carvalho, M. I. (2018). *Serviço Social em Educação*. Pactor.
- Concelho Nacional de Educação (2021). *Estado da Educação 2020*.
- Decreto-Lei n.º 190/91 de 17 de maio. Cria nos estabelecimentos de educação e ensino públicos os serviços de psicologia e orientação.
- Decreto n.º 6954/2019 de 6 de agosto. Estabelece as linhas orientadoras que presidem a um programa de intervenção junto de jovens que abandonaram o sistema educativo e em risco de exclusão social, denominado “Segunda Oportunidade”.
- Encarnación, A. (2009). Absentismo Escolar. *Revista Digital Enfoques Educativos*, nº 29.
- Europe Second Chance. <https://www.segundaoportunidade.com/e2c-europe>
- Fernandéz, A. (2005). Absentismo escolar y atención a la diversidad. *Indivisa. Boletín de Estudios e Investigación*, 6, pp. 259-267.
- Gomes, T. (2018). Educação como Parte Fundamental do Processo de Inclusão Social. In M. I. Carvalho (Coord.), *Serviço Social em Educação* (pp.63-80). Pactor.
- González, M. (2005). El absentismo y el abandono: una forma de exclusión escolar. *Revista de currículum y formación del profesorado*, 1(1), pp. 1-12.
- Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto. Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.
- Martins, H. (2017). *Insucesso Escolar. Prevenção e Intervenção na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico*. Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, apresentado à Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Monteiro, D. (2014). *Absentismo Escolar: a escola, a família e o futuro*. Licenciatura em Serviço Social, apresentada à Universidade Fernando Pessoa.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquéncias Juvenis. Trajetórias, Intervenções e Prevenção*. Editorial Notícias.

ONU (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>.

Rede Nacional de Escolas de Segunda Oportunidade. <https://www.e2oportugal.org/sobre-n%C3%B3s>

Santos, S. (2015). *O Serviço Social no Sistema Educativo*. Mestrado em Serviço Social, apresentado ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa.

Vasconcelos, M. (2013). *Abandono e Absentismo Escolar no Concelho de Ponta Delgada*. Mestrado em Ciências da Educação, Educação Especial, apresentado à Universidade Fernando Pessoa.